



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011498-30.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Luiz Nunes de Carvalho**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Luiz Nunes de Carvalho propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 40 salários mínimos, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 27/09/2002; custas e despesas processuais que houver; honorários de advogado fixados em 20% do valor da condenação, caso a requerida recorra da decisão de 1º grau; requerimento de realização de perícia para o autor e a concessão dos benefícios da A.J.G.

A ré, em contestação de folhas 18/47, preliminarmente, requer a retificação do polo passivo para que passe a constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat SA. e alega falta de pressuposto processual (ausência de laudo do IML). No mérito, requer a sua exclusão do polo ativo; a improcedência total da ação com o reconhecimento da prescrição e a consequente extinção do processo nos termos do art. 267, IV, do CPC.

Despacho saneador às fls. 98/103.

Laudo Pericial às fls. 128/142.

Manifestação acerca do Laudo Pericial às fls. 145/146 (autor não se manifestou).

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

As questões preliminares e a prescrição, suscitadas por ocasião da contestação já foram afastadas por meio da decisão saneadora de folhas 98/103.

No mérito, com relação à prescrição alegada, deve ser afastada porque o entendimento consolidado dos Tribunais é no sentido de que o prazo prescricional começa a fluir a partir da ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez dependente de laudo médico. E este é o caso do autor.

Quanto ao pedido, é procedente.

O laudo pericial do IMESC é conclusivo no sentido de que há dano auditivo no contexto plástico e funcional, estimando este último em 75% do total de 50%, ou seja: 37,5%.

O valor indenizatório, portanto, deve corresponder a 37,5% do total máximo previsto à época do acidente, que era de 40 (quarenta salários mínimos), com atualização monetária desde então, e juros de mora a partir da citação.

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar ao autor a quantia equivalente a 37,5% sobre o valor de 40 salários mínimos vigentes em 27 de setembro de 2002, atualizados monetariamente a partir da mesma data e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, calculados a partir da citação. Condene ainda a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o longo tempo em que os autos tramitam e diante das inúmeras atuações do advogado do autor. P.R.I.C. São Carlos, 24 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**